

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TIAGO NIERO FABRIS

**FRETES INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS INICIADOS EM COCAL DO
SUL: UM ESTUDO SOBRE INFORMAÇÕES PRESTADAS**

CRICIÚMA

2018

TIAGO NIERO FABRIS

**FRETES INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS INICIADOS EM COCAL DO
SUL: UM ESTUDO SOBRE INFORMAÇÕES PRESTADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do Grau de Bacharel no Curso
de Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Luan Philippi Machado

CRICIÚMA

2018

TIAGO NIERO FABRIS

**FRETES INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS INICIADOS EM COCAL DO
SUL: UM ESTUDO SOBRE INFORMAÇÕES PRESTADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 10 de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luan Philippi Machado - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Jonas Scremin Brolese - Especialista - (UNESC)

Prof. Alex Sander Bristot de Oliveira - Especialista - (UNESC)

**Dedico este trabalho aos meus pais,
que são a base da minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me indicar os caminhos a seguir em minhas conquistas.

À minha família, por me apoiar nesta caminhada.

À minha noiva Marina, por estar sempre ao meu lado, me ouvindo, me apoiando, acreditando em mim e incentivando a seguir meus sonhos.

Aos meus amigos Felipi, Jéssica, Joyce e Messias, por estarem ao meu lado durante esses quatro anos e meio de caminhada e que tenho certeza que levarei para o resto da minha vida.

À equipe da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, em especial ao Secretário Municipal Sr. Clédio Fachin, a Magali e ao Geraldo, do Setor de Fiscalização, pela oportunidade de aprendizado e apoio ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu Professor Orientador Luan Philippi Machado, por dedicar seu tempo a me ajudar na realização deste trabalho.

E aos demais, que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, deixo meu MUITO OBRIGADO!

“Na contabilidade da vida é melhor ser credor do que devedor. Somos credores quando ajudamos as pessoas a se tornarem melhores e devedores quando as prejudicamos. Sejam conscientes de nossas ações para manter sempre o saldo positivo.”

Damião Maximino

FRETES INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS INICIADOS EM COCAL DO SUL: UM ESTUDO SOBRE INFORMAÇÕES PRESTADAS

Tiago Niero Fabris¹

Luan Philippi Machado²

RESUMO: Parte da arrecadação dos tributos estaduais volta aos municípios do Estado arrecadador por meio de cotas-parte. Um deles é o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o qual é distribuído de acordo com o Índice de Participação dos Municípios (IPM) determinado pelo movimento econômico. Limitando a análise à parte relacionada aos conhecimentos de transportes, este trabalho tem como objetivo principal observar o preenchimento da Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico (DIME) e da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) no que tange aos fretes intermunicipais e interestaduais. A abordagem temática é qualitativa, utilizando-se do levantamento de informações. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é considerada descritiva ao se analisar os dados e buscar soluções para as inconsistências encontradas. Ela é baseada em estudos multicase e levantamento bibliográfico, uma vez que é quase impossível desenvolver trabalho na área tributária sem ter embasamento na legislação vigente e histórica. A análise específica na área de transportes justificou-se pelo número considerável de empresas transportadoras de cargas atuantes no mercado e o elevado percentual de demonstrações contábeis informadas em desacordo com as leis vigentes em Santa Catarina. Obtendo-se um resultado positivo perante as impugnações, deve ser destinado pelo Estado ao Município de Cocal do Sul aproximadamente R\$269.861,25 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos), valor que não seria repassado se não fossem tomadas as medidas adotadas.

PALAVRAS-CHAVE: Cocal do Sul. Conhecimento de Transporte. Cota-parte. Movimento Econômico. Valor Adicionado.

ÁREA TEMÁTICA: Tema 05 - Contabilidade Tributária

1 INTRODUÇÃO

Os valores arrecadados pelos municípios por meio do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) não são suficientes para suprir a demanda de despesas necessária à sua manutenção, porém o montante das

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Professor Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



receitas ainda é acrescido de recebimentos provenientes de cotas-parte provenientes de tributos de ordem federal e estadual.

Coan (2005) afirma que a Constituição Federal (CF) de 1988 incrementou as receitas municipais ao conceder uma posição mais participativa aos Municípios nas cotas de transferências do que na geração de tributos. Entre os impostos arrecadados o ICMS pode ser considerado o imposto de maior importância, devido ao montante repassado aos municípios, 25% (vinte e cinco por cento) do total arrecadado pelo estado, conter valores relevantes em comparação aos tributos municipais. Para se ter uma dimensão dos valores, no ano de 2017 o Município de Cocal do Sul recebeu do governo estadual R\$15.755.855,18 (quinze milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos) referente à sua cota-parte de ICMS, enquanto arrecadou R\$3.929.510,10 (três milhões, novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e dez reais e dez centavos) com os impostos municipais, conforme divulgado pelo município através do site Transparência Fly. Caso não houvesse este incremento de receita por parte do ICMS, tornar-se-ia inviável a manutenção do município nos moldes atuais.

Conforme Soares, Gomes e Toledo Filho (2011) o ICMS é um importante fornecedor de recursos aos municípios, sendo que seu valor arrecadado não é remetido à união, mas sim utilizado para custeio do estado e municípios. Silva, Santos e Cavalcante (2017) comparam também o valor arrecadado pelo ICMS mensalmente aos demais impostos de nível estadual, sendo sua importância primordial para a manutenção das contas públicas.

No transporte de cargas entre municípios e entre estados ocorre a incidência do ICMS, sendo o frete tributado conforme com a legislação estadual vigente. Quando o referido serviço ocorre dentro de um mesmo município, esta operação é tributada pela alíquota do ISSQN, que possui variação conforme o município, uma vez que seu percentual é definido pelo ente municipal, valendo apenas em seu território. Há exceção no caso da empresa ser optante pelo Regime Compartilhado de Arrecadação, Cobrança e Fiscalização de Tributos Aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), pois neste caso a alíquota a ser aplicada será calculada equivalente ao faturamento acumulado pela empresa nos últimos 12 meses, correspondendo às determinações da legislação do Simples.

Os conhecimentos de transportes gerados nas prestações intermunicipais e interestaduais deverão ter seus valores informados na DEFIS quando gerados por empresas que optem pelo regime simplificado, sendo listados no campo de prestação de transportes intermunicipais e interestaduais. Na hipótese da empresa ser optante por outro regime tributário, os valores destes conhecimentos devem ser informados na DIME, tendo seu lançamento no Quadro 48. Em ambos os casos, os valores devem ser lançados acumulados por município de início da prestação do frete e podem sofrer retificações caso sejam encontradas divergências, desde que respeitando a data limite para as modificações. Estes valores têm reflexo na cota-parte calculada para distribuição do ICMS aos municípios no estado de Santa Catarina.

Nem tudo que é de direito realmente volta aos municípios. Tal fato dá-se por conta da falta de informação ou incoerências nos valores informados através da DEFIS e da DIME. Estas declarações são utilizadas para mensurar o valor adicionado. Sua informação incorreta ou a falta da mesma pode deixar de contribuir para o ente federado ou ainda acrescentar valor a outro município indevidamente.



Ao gerar inconsistências com o preenchimento incorreto dos dados, ou oportunizando a entrega sem valores declarados, pode ocorrer a anulação do valor adicionado ao município pela empresa declarante.

Partindo desta problematização, surge a seguinte questão problema: Quais as principais inconsistências encontradas na DIME e na DEFIS quanto ao preenchimento dos fretes intermunicipais e interestaduais?

O objetivo geral deste trabalho consiste em demonstrar as inconformidades no preenchimento do Quadro 48 da DIME e do campo Prestação de Serviços de Carga Intermunicipal/Interestadual da DEFIS. Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes: i) identificar as leis que regulamentam a distribuição do ICMS; ii) descrever a forma de cálculo do valor adicionado, caracterizado como movimento econômico; iii) evidenciar as inconformidades encontradas; iv) demonstrar os resultados positivos encontrados com as retificações das inconformidades dos dados.

A pesquisa justifica-se pela importância do retorno da cota-parte do ICMS aos municípios, tendo valor relevante em comparação aos tributos municipais, e pela quantidade significativa de inconsistências encontradas em declarações informadas em períodos anteriores, de acordo com os dados levantados junto ao Setor de Movimento Econômico do Município de Cocal do Sul, Santa Catarina. Ao ponto de vista teórico, justifica-se a pesquisa por ser um tema pouco explorado no meio acadêmico, que abrange uma grande área do conhecimento, ainda mais quando observadas as dificuldades e fragilidades que o tema apresenta.

O estudo possui relevância social a partir do momento em que os recursos provenientes do estado integram as receitas do município, com valor a ser aplicado em diversas áreas, sendo 25% (vinte e cinco por cento) em educação, 15% (quinze por cento) em saúde e o percentual restante não sendo vinculado, podendo custear despesas de outras áreas de abrangência social.

O presente estudo foi desenvolvido em cinco seções, de forma a oportunizar uma melhor compreensão. Começa pela introdução, visando conceder a primeira impressão sobre a pesquisa realizada, seguida da fundamentação teórica, onde é realizado o esclarecimento sobre a forma de cálculo do valor adicionado, o ICMS e os impostos municipais. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos, na quarta é realizada a apresentação de resultados obtidos e a análise dos dados. Finalizando, a seção cinco expõe as considerações finais e recomendações de pesquisas para futuros trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão realizadas imersões históricas sobre a origem do valor adicionado, ICMS e as receitas públicas municipais, partindo do Código Tributário Nacional, instituído em 1966, até o atual momento.

2.1 TRIBUTOS

Os tributos são definidos pela Lei nº 5.172 (BRASIL, 1966) em seu art. 3º, Lei esta denominada no art. 7º do Ato Complementar nº 36 (BRASIL, 1967) como Código Tributário Nacional (CTN), como toda prestação pecuniária compulsória, em



moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Ainda nesta Lei, seguindo ao Art. 5º, vem por definir que os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria. Já o Art. 145 da CF (BRASIL, 1988) determina que a instituição de tributos é de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.1.1 Impostos

Conforme determina o CTN (BRASIL, 1966) em seu Art. 16, imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Sendo assim, independente da vontade do contribuinte o imposto será gerado, podendo em alguns casos estar embutido no valor da mercadoria adquirida, caso do ICMS, ou adicionado ao total da compra, situação onde encontra-se o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Os impostos que podem ser regulamentados pela União devem ser utilizados uniformemente em todo território nacional, não podendo haver distinção ou favorecimento a determinados entes federativos, conforme determina o art. 10 da Lei 5.172 (BRASIL, 1966).

Aos Municípios, Estados e Distrito Federal a lista de impostos que podem ser instituídos é consideravelmente reduzida em comparativo com a competência federal. A fórmula de cálculo dos impostos é tida pela base de cálculo, a qual varia de acordo com o imposto selecionado, multiplicada pela alíquota a ser especificada em lei, podendo haver variação do percentual adotado de acordo com as especificações que o parametrizam.

2.1.1.1 Impostos Municipais

Há três impostos que tem sua competência a nível municipal, são eles: IPTU, ITBI e ISSQN. Cada município tem leis próprias que regulamentam fato gerador, alíquotas e cobrança, porém estes tributos necessitam também constar em ordem federal e estadual. Na Constituição do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1989), o art. 132º, constante da Seção III – Dos Impostos dos Municípios, reconhece sua competência.

O artigo concede liberdade ao município para realizar ajustes no valor do IPTU e determinar diferentes alíquotas, declara que o ITBI deve ser cobrado pelo município onde estiver localizado o imóvel e deixa por conta de Lei Complementar federal as limitações quanto às alíquotas máximas e mínimas do ISSQN, excluindo ainda sua incidência sobre exportações de serviços para o exterior.

A limitação das alíquotas do ISSQN é determina na Lei Complementar nº116 (BRASIL, 2003), que em seu art. 8º decreta que “as alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são as seguintes: (...) II – demais serviços, 5% (cinco por cento)”, enquanto a Lei Complementar nº 157 (BRASIL, 2016) em seu art. 2º altera a Lei Complementar nº 116 (BRASIL, 2003), acrescentando o art. 8º-A, que limita e confirma que “a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento)”.

2.1.1.2 Impostos Estaduais

Existem também três impostos de ordem estadual, denominados Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o ICMS. Na Constituição do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1989), estes constam no art. 129, dentro da Seção II – Dos Impostos do Estado.

O ITCMD tem sua incidência listada ao art. 130, onde cita que será gerado quando o bem imóvel estiver localizado dentro do Estado ou ainda quando bens móveis, títulos e créditos provenientes de inventário ou arrolamento processado neste Estado, ou então caso o doador possua domicílio no mesmo.

O IPVA foi instituído no Estado pela Lei nº 7.543 (SANTA CATARINA, 1988), a qual declara em seu art. 2º que seu fato gerador é a propriedade, plena ou não, de veículos automotores de qualquer espécie. O contribuinte do IPVA, conforme cita ao art. 3º, é o proprietário do veículo automotor. As alíquotas vigentes no Estado variam entre 0,5% e 2,0%, conforme a especificidade do veículo, e são devidamente exemplificadas no art. 5º.

O ICMS é um imposto de competência estadual, previsto na CF (BRASIL, 1988), art. 155, II, e que teve texto alterado pela Emenda Constitucional nº 3 (BRASIL, 1993) constando como “operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior”.

Na Constituição do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1989), em seu art. 131, delibera sobre o ICMS, falando nos incisos I, II e III sobre sua não-cumulatividade, isenção e seletividade:

Art. 131 — O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação atenderá ao seguinte:

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores, por este ou por outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação: a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes; b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços; (SANTA CATARINA, 1989).

2.1.1.3 Impostos Federais

Compete a União a instituição da grande maioria dos impostos. Entre os mais conhecidos estão o Imposto sobre a Importação (II) (art. 19), Imposto sobre a Exportação (IE) (art. 23), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) (art. 29), Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) (art. 43) e o IPI (art. 46), citados na Lei 5.172 (BRASIL, 1966).



2.1.2 Taxas

Diferente dos impostos, as taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição, conforme sentença a Lei 5.172 (BRASIL, 1966) em seu Art. 77. Diferem ainda por não poder ter base de cálculo ou fato gerador idênticos, não podendo nem mesmo ser calculada em razão do capital das empresas, lista assim o parágrafo único neste mesmo artigo.

2.1.3 Contribuições de Melhoria

Regulamentada pela Lei 5.172 (BRASIL, 1966) a partir do Art. 81, a Contribuição de Melhoria será instituída pelo ente da federação para fazer face ao custo das obras públicas que venham a exercer a valorização do bem imóvel, observando seu limite total de acordo com o valor despendido e atribuindo o limite individual conforme o acréscimo concedido ao valor de cada imóvel beneficiado.

Findando ao Art. 82, fica regulamentado que o lançamento deverá ser notificado ao contribuinte quanto ao montante de contribuição, forma e prazo de pagamento, bem como quais os elementos que integram o referido cálculo.

2.2 VALOR ADICIONADO

O Valor Adicionado, caracterizado também como Movimento Econômico, atua na formação do IPM, quanto ao valor do ICMS que será repartido entre os atuais 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios do Estado de Santa Catarina.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em sua Seção VI, trata da repartição das receitas tributárias. O art. 158 delibera quanto às cotas-parte que devem ser destinadas aos entes municipais:

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal. (BRASIL, 1988).

O percentual do ICMS a ser remetido aos municípios fica determinado no item IV, onde a Constituição Federal (BRASIL, 1988) fixa em 25% este repasse. Em conformidade com a CF, a Constituição do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1989), na Seção IV, art. 133°, replica as informações, confirmando-as.

No Estado de Santa Catarina a Lei nº 7.721 (SANTA CATARINA, 1989) ao ser sancionada estipulou em seu art. 1°, incisos I e II, que o percentual determinado pela CF para destinação aos municípios fosse repassado 10% de forma igualitária

entre todos os entes federados e 90% tivessem apuração de acordo com o Decreto-Lei nº 1.216 (BRASIL, 1972).

Art. 1º - A parcela de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, pertencente aos municípios, consoante o estabelecido no art. 158, item IV da Constituição Federal, será distribuída mediante os seguintes critérios:

I - 90% (noventa por cento), com base na relação percentual entre o valor adicionado nas operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, realizadas em cada município e o valor adicionado no Estado, apurados segundo o disposto no Decreto-Lei nº 1.216, de 09 de maio de 1972;

II - 10% (dez por cento), em partes iguais entre todos os municípios do Estado. (SANTA CATARINA, 1989).

Esta redação vigorou até o nono dia do mês de janeiro de 1991, quando foi substituída pelo que determina a Lei nº 8.203 (SANTA CATARINA, 1990), alterando os critérios de distribuição de ICMS aos municípios, estipulando que o percentual igualitário passaria a ser de 15% e os outros 85% sendo repassados conforme o percentual representado pelo valor adicionado municipal em relação ao valor adicionado estadual.

Art. 1º - Os incisos I e II, do art. 1º, da Lei nº 7.721, de 6 de setembro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º -

I - 85% (oitenta e cinco por cento), com base na relação percentual entre o valor adicionado nas operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, realizado em cada Município e o valor adicionado do Estado, apurado segundo o disposto na Lei Complementar Federal;

II - 15% (quinze por cento), em partes iguais entre todos os Municípios do Estado.” (SANTA CATARINA, 1990).

2.2.1 Índice de Participação dos Municípios

No ano de 2012 foi sancionada a Portaria da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC) 233, a qual regula sobre a apuração do valor adicionado e define como será realizado o cálculo do IPM quanto à arrecadação do ICMS (SANTA CATARINA, 2012).

Conforme citado no item II do art. 2º, a composição dos 85% (oitenta e cinco por cento) será dada conforme demonstrada na Figura 1.

Figura 1 – Fórmula para cálculo de 85% do Valor Adicionado.

$$VA (85\%) = \frac{\left(\frac{VA \text{ Municipal } 2017}{VA \text{ Estadual } 2017}\right) + \left(\frac{VA \text{ Municipal } 2016}{VA \text{ Estadual } 2016}\right)}{2} \times 85\%$$

FONTE: Elaborada pelo autor.



O índice obtido pela média entre o valor adicionado municipal em relação ao valor adicionado estadual do ano vigente com o mesmo cálculo realizado a partir do ano anterior sendo então multiplicado por 85% (oitenta e cinco por cento), compondo assim o percentual relativo do município.

Para cálculo dos 15% (quinze por cento) restantes, de acordo com o item I do art. 2º da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012), utiliza-se a expressão demonstrada na Figura 2. Este valor é calculado de forma diferente do anterior, não dependendo da mensuração do valor adicionado obtido pelo município, tornando-o igualitário para todos os entes municipais do estado catarinense.

Figura 2 – Fórmula para cálculo de 15% do Valor Adicionado.

$$VA (15\%) = \frac{15}{295} = 0,05084746$$

FONTE: Elaborada pelo autor.

Esse valor é fixo e igual para todos os municípios. O numeral 15 é fixo e representa os 15% (quinze por cento), enquanto o numeral 295 (duzentos e noventa e cinco) representa a quantidade de municípios pertencentes ao Estado de Santa Catarina.

Os percentuais citados pela Lei nº 8.203 (SANTA CATARINA, 1990) são replicados ao art. 2º da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012), o qual indica ainda que a soma do índice obtido pelo percentual igualitário com o índice obtido pelo percentual relativo do município, considerando-se 7 (sete) casas decimais, será o IPM apurado daquele ano válido para o município. O mesmo artigo determina ainda que com o somatório percentual de todos os IPMs serão obtidos 100 (cem) pontos percentuais, ocorrendo arredondamento, caso necessário, no valor do município de maior índice, de forma positiva ou negativa.

O índice gerado terá efetiva aplicação após 2 (dois) anos, visto que ao longo do ano seguinte ao seu fechamento ainda poderão ocorrer ajustes através de impugnações, podendo acarretar seu aumento ou diminuição.

2.2.2 Apuração do Valor Adicionado

De forma geral, o Art. 4º, item I da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012) descreve o valor adicionado como sendo composto pelas vendas e serviços prestados sujeitos à tributação de ICMS por uma empresa, deduzidas as compras realizadas no mesmo período. Esta apuração vale para empresas não optantes pelo regime do Simples Nacional, uma vez que estas, por serem dispensadas de apresentação do controle de entradas, terão valor adicionado considerado em 32% (trinta e dois por cento) da receita bruta declarada em que haja fato gerador do ICMS, conforme determina o Art. 4º, item II da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012).

A sequência do Art. 4º trata-se de outros casos onde o valor adicionado tem forma específica de equivalência, tal como na prestação de serviços de transporte,



saídas de produtores primários, operação de marketing direto, consumo e fornecimento de energia elétrica, entre outros.

O valor adicionado proporcionado pela prestação de serviços de transporte difere da regra geral, tendo uma forma própria para cálculo. Conforme detalhado no item III do Art. 4º da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012), será considerado para o município o valor dos serviços de transportes intermunicipais e interestaduais que nele tiverem sido originados, independente da destinação do frete ou da cidade onde a empresa transportadora for localizada.

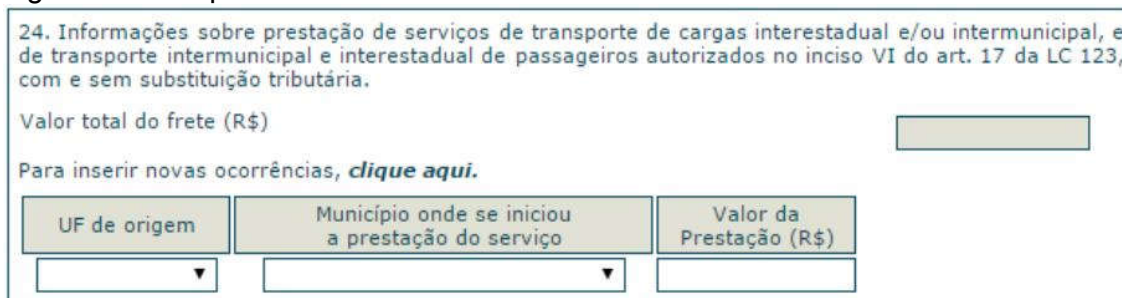
O regime tributário da empresa também influi no cálculo, de acordo com a obrigação acessória que deve ser apresentada pela empresa: DEFIS ou DIME.

2.2.2.1 DEFIS

A DEFIS - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais é a obrigação acessória à qual estão sujeitas as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) que optarem pelo regime de tributação simplificada do Simples Nacional.

Conforme estabelecido no art. 25 da Lei 123 (BRASIL, 2006), esta declaração deverá ser entregue anualmente, independente de ter sido exercida atividade ou não no exercício anterior. O prazo para entrega da DEFIS é até 31 de março do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos tributos previstos no Simples Nacional, de acordo com a Resolução CGSN nº 140, art. 72, § 1º (BRASIL, 2018).

Figura 3 – Campo 24 da DEFIS



24. Informações sobre prestação de serviços de transporte de cargas interestadual e/ou intermunicipal, e de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros autorizados no inciso VI do art. 17 da LC 123, com e sem substituição tributária.

Valor total do frete (R\$)

Para inserir novas ocorrências, [clique aqui.](#)

UF de origem	Município onde se iniciou a prestação do serviço	Valor da Prestação (R\$)
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

FONTE: Manual do PGDAS-D e DEFIS 2018.

Quanto aos fretes intermunicipais e interestaduais, há um campo específico na DEFIS para que sejam lançados. Conforme detalhado pela Receita Federal do Brasil (RFB), no Manual do PGDAS-D e DEFIS 2018 o campo 24 contempla as informações de prestação de serviços de transporte de cargas interestaduais e/ou intermunicipais com e sem substituição tributária. Nesta seção devem ser preenchidos os campos referente à Unidade Federativa e ao município onde originou-se a prestação de transporte intermunicipal ou interestadual, bem como o valor total ocorrido a partir do município.

Do valor declarado, 32% (trinta e dois por cento) comporão o valor adicionado, conforme citado no Art. 4º, item II da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012).



2.2.2.2 DIME

A DIME – Declaração de informações do ICMS e Movimento Econômico é a obrigação acessória à qual estão sujeitas as empresas que não optarem pelo regime simplificado, independente de seu porte.

Sua periodicidade é mensal e deverá ser apresentada ainda que o estabelecimento não tenha promovido operações ou prestações no período, conforme lista o Art. 171 do RICMS/SC (SANTA CATARINA, 2001). O prazo limite para apresentação da DIME que ainda não tenha sido lançada ou sua retificação é fixado em 31 de março do ano subsequente, como determina o Art. 172 do RICMS/SC (SANTA CATARINA, 2001).

Figura 4 – Quadro 48 da DIME

48	INFORMAÇÕES PARA RATEIO DO VALOR ADICIONADO	
	CÓDIGO MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA	VALOR OU PERCENTUAL
		CÓDIGO TIPO DE ATIVIDADE
	99999	Somatório
		999

FONTE: Manual consolidado de orientação e especificações do arquivo eletrônico para a entrega da DIME e do DCIP – 2018.

Para cálculo do valor adicionado, a Portaria 233, Art. 5º, item XIV, comenta que os conhecimentos de transportes provenientes de prestação de fretes intermunicipais e interestaduais devem ser lançados na DIME ao Quadro 48 (SANTA CATARINA, 2012). Os lançamentos devem ser totalizados pelos municípios onde foram originados os transportes, sendo que contará como valor adicionado para o município 80% (oitenta por cento) do valor declarado neste campo, sendo deduzidos os transportes de mesma natureza e 20% (vinte por cento) do total deduzido a título de entrada de insumos necessários para que seja realizado o serviço, listado assim ao Art. 4º, item III (SANTA CATARINA, 2012).

Nem todo Código Fiscal das Operações e Prestações (CFOP) é considerado válido para esta operação. O Art. 20º, item IX da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012) diz que a título de entradas são considerados apenas os CFOPs 1351 e 2351, enquanto a título de saídas são considerados os CFOPs 5351 ao 5360 e 6351 ao 6360.

2.2.3 Impugnação do Valor Adicionado

Há casos em que o valor adicionado não é declarado corretamente, de forma total ou parcial, o que causa diminuição do valor que é atribuído ao município. A Portaria 233 em seu Art. 40 (SANTA CATARINA, 2012) determina que para apurar tais inconsistências os municípios e as associações de municípios devem nomear autoridade competente para obter acesso ao Sistema de Administração Tributária (SAT), disposto na internet na página da SEF/SC.

As autoridades designadas podem, além de proceder com pedido de impugnação do valor adicionado, recorrer de decisões, solicitar revisão, manifestar-



se mesmo que as situações anteriores tenham sido solicitadas por município adverso dos seus (SANTA CATARINA, 2012). Para que seja conciso em sua interpelação, o art. 42 da Portaria 233 (SANTA CATARINA, 2012) cita que a parte que proceder com o processo de impugnação deve apresentar de maneira única e articulada todo material que julgar útil, enviando ainda todas as provas que justifiquem seu pedido, sob a pena de preclusão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será abordado o enquadramento metodológico e em seguida entram em pauta os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa será realizada de forma qualitativa, pois em primeiro instante é realizado levantamento de informações apresentadas em várias empresas através da DIME e da DEFIS. Conforme Richardson (1999) a análise qualitativa funciona detalhando o problema, analisando, compreendendo e ainda classificando os processos.

Na busca pela obtenção de sucesso quanto ao objetivo geral, o artigo apresenta-se em forma descritiva, uma vez que verifica os dados encontrados e busca o contato para solucionar eventuais informações inconsistentes, sem prejuízo à sociedade empresarial. Gil (2008) sintetiza que a pesquisa descritiva prima pela descrição das características de certa população ou fenômeno ou ainda pelo estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto os procedimentos, serão realizados estudo multicase e levantamento bibliográfico, de acordo com as declarações acessórias informadas e as leis que regulam tais informações. É quase impossível realizar estudos sobre temas tributários sem realizar um aprofundamento nas determinações legais vigentes.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O estudo será realizado no Município de Cocal do Sul, sendo para tanto estabelecido contato com o Setor de Movimento Econômico. Solicitou-se ao município permissão para utilização de dados fornecidos. Obtida a permissão, o estudo de multicase será realizado a partir de uma amostra de 317 empresas prestadoras de transportes que tiveram frete iniciando no território do Município de Cocal do Sul. Estas empresas não necessitam obrigatoriamente possuir matriz ou filiais no município, podendo estar localizadas em quaisquer cidades ou estados do Brasil, porém para que seja considerado o valor adicionado para o município deve ser o transporte originado em seu território. Neste estudo serão cruzadas informações entre os Conhecimentos de Transportes Eletrônicos (CT-e) emitidos pelas empresas no ano de 2017 e suas informações listadas na DIME ou DEFIS durante o mesmo período.

De forma a buscar um melhor conhecimento sobre o tema em questão, buscaram-se materiais que explicassem sobre o movimento econômico do estado de Santa Catarina através de artigos e teses nas bases de dados eletrônicas



disponíveis, como Spell, Google Acadêmico e Repositório Udesc. Nessas bases foram encontrados poucos materiais que remetessem ao assunto desejado, sendo apenas três os utilizados, devido a ser uma matéria pouco estudada e que tem recebido maior atenção dos municípios apenas nos últimos anos. Para embasar as informações foram utilizadas onze leis de origem federal e seis de origem estadual.

A coleta de dados de CT-es é realizada através da SEF/SC, solicitada em planilha eletrônica e expedida de acordo com uma empresa específica ou com município onde ocorreu o início da prestação de frete intermunicipal ou interestadual. Não serão considerados os fretes dentro de um mesmo município, pois nestes casos o tributo a ser recolhido é o ISSQN e não o ICMS. Esses relatórios são gerados em períodos mensais e enviados ao solicitante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Após mensuração dos totais de CT-es listados por Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), estes sofrerão cruzamento com a DEFIS, no caso da empresa ser optante pelo Simples Nacional, ou com a DIME, caso seja optante por outro regime tributário. Os valores constantes de CT-es emitidos para o ano-calendário de 2017, considerando apenas os CFOPs válidos para o movimento econômico, deverão ter a mesma dimensão entre o que foi constatado pela auditoria municipal e o que foi informado previamente na DEFIS ou DIME pela contabilidade responsável pela empresa.

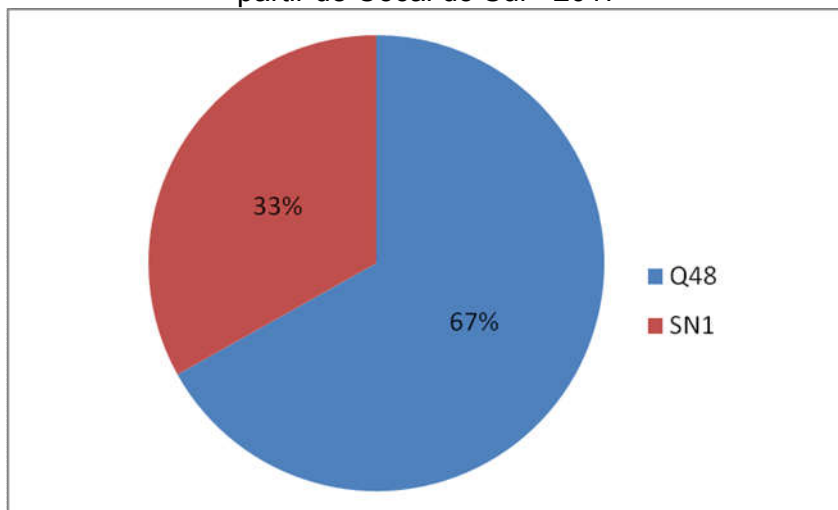
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DO VALOR ADICIONADO PROVENIENTE DOS TRANSPORTES

Foi analisado o valor adicionado proporcionado pelos transportes de cargas intermunicipais e interestaduais com origem no Município de Cocal do Sul ocorridos durante o ano de 2017. Os dados apresentados a seguir foram disponibilizados pelo município e baseiam-se em levantamento feito na data de 15 de janeiro de 2018. A abordagem será apresentada diferenciando as empresas entre optantes pelo Simples Nacional, obrigadas a apresentação da DEFIS de forma anual, e as empresas optantes por outros regimes tributários, obrigadas a apresentação da DIME de forma mensal, durante o período de 2017 apenas.

Através da análise dos conhecimentos de transportes eletrônicos emitidos foi verificado que 317 (trezentas e dezessete) empresas tiveram prestação de frete a partir do município, sendo que destas 212 (duzentas e doze) empresas mostraram-se não optantes pelo regime simplificado e 105 (cento e cinco) empresas optantes, conforme Gráfico 1. Para simplificar as legendas, as empresas optantes pelo Simples Nacional serão representadas pela sigla SN1 e as empresas que não se enquadraram neste regime serão representadas pela sigla Q48, fazendo referência ao quadro em que devem ser informados os conhecimentos de transportes na DIME. Estas legendas são também utilizadas pelo SAT para diferenciar as transportadoras quanto ao seu regime tributário.

Gráfico 1 – Empresas que transportaram cargas intermunicipais e interestaduais a partir de Cocal do Sul - 2017

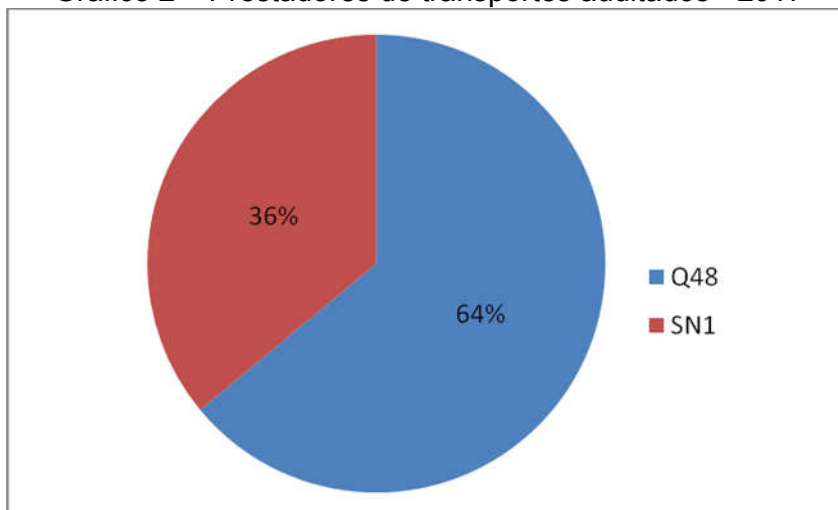


FONTE: Elaborado pelo autor.

Aproximadamente 2/3 (dois terços) de todas as empresas que realizaram transportes de cargas a partir de Cocal do Sul não adotaram a tributação do Simples Nacional. Tal fato pode dar-se pela não opção pelo regime simplificado ou pelo impedimento posto, por exemplo, mediante a receita bruta total dos últimos 12 (doze) meses, no caso desta ter ultrapassado R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no ano-calendário de 2016.

Entre todas as empresas encontradas, parte delas passou pelo crivo da auditoria municipal. Foram fiscalizadas 161 (cento e sessenta e uma) empresas de transporte de cargas, equivalente à aproximadamente 50,8% do total de transportadoras. Destas, conforme apresenta-se no Gráfico 2, 103 (cento e três) não optaram pelo Simples Nacional durante o ano-calendário 2017, enquanto outras 58 (cinquenta e oito) empresas foram optantes.

Gráfico 2 – Prestadores de transportes auditados - 2017

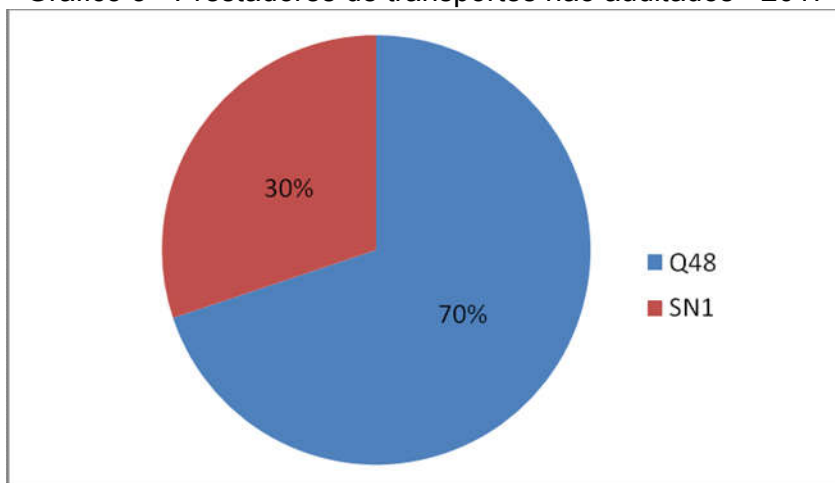


FONTE: Elaborado pelo autor.

Pouco mais de 1/3 (um terço) das empresas auditadas foram optantes pelo Simples Nacional. Esta opção permiti-lhes recolher os tributos de forma unificada, o que pode ser considerado um fator chave para empresas menores, devido a diminuir a complexidade na hora do levantamento de seus custos.

As empresas que não foram auditadas equivalem à aproximadamente 49,2% do total de transportadoras citadas, totalizando 156 (cento e cinquenta e seis). Demonstradas no Gráfico 3 em números percentuais, 109 (cento e nove) dentre elas não optaram pelo Simples Nacional, diferente das outras 47 (quarenta e sete) empresas.

Gráfico 3 - Prestadores de transportes não auditados - 2017



FONTE: Elaborado pelo autor.

Faz-se notar que entre as empresas citadas até o presente momento não houve grande variação entre os percentuais de optantes e não optantes pelo Simples entre os gráficos apresentados, o que torna os resultados futuros mais fidedignos.

O Setor de Movimento Econômico adotou três critérios para escolha das empresas que passariam pelo processo de fiscalização municipal. Para todas as situações foram considerados apenas CFOPs válidos para contagem do valor adicionado, descartando ainda os fretes com origem e final dentro do mesmo município, pois a estes não há fato gerador de ICMS, mas sim de ISSQN com alíquotas a serem aplicadas conforme a legislação municipal.

O primeiro filtro a ser aplicado foi referente aos valores totais pecuniários de fretes emitidos a partir do Município de Cocal do Sul. Para isso, considerou-se o valor total dos conhecimentos de transportes eletrônicos que indicavam início do traslado no município. O valor mínimo indicado por CNPJ foi de R\$10.000,00 (dez mil reais), independente da quantidade de CT-es necessários para chegar a este valor. Desta forma foi listada a maioria das empresas, totalizando 110 (cento e dez) transportadoras.

O segundo filtro desconsiderou os valores emitidos e buscou pela quantidade absoluta de conhecimentos emitidos com destinatário em outro município ou estado, utilizando como parâmetro mínimo a quantidade de 100 (cem) CT-es. As empresas listadas no filtro anterior ficaram isentas da aplicação deste,

pois já foram consideradas aptas a participar do processo. Sendo assim, neste padrão houve uma indicação menor de empresas, totalizando 28 (vinte e oito).

Com a finalidade de tornar a fiscalização mais igualitária entre optantes e não optantes pelo Simples Nacional, o terceiro filtro foi aplicado de maneira aleatória, independentemente dos valores totais em reais de CT-es emitidos ou da quantidade absoluta que a transportadora obteve. Foram então excluídas deste filtro as instituições listadas nos dois primeiros, sendo indicadas 23 (vinte e três) empresas para análise. A quantidade de optantes e não optantes pelo Simples Nacional em cada filtro é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Empresas selecionadas para fiscalização em Cocal do Sul - 2017

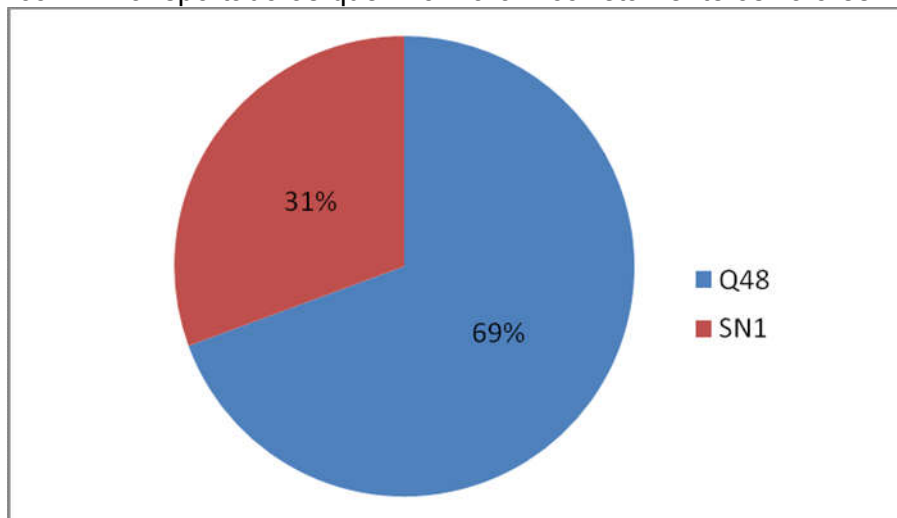
Forma de escolha das empresas transportadoras	Q48	SN1	Total
Empresas com valores totais acima de R\$10.000,00	74	36	110
Empresas com mais de 100 CT-es emitidos	18	10	28
Empresas aleatórias, independente de valor e CT-es emitidos	11	12	23
Total de empresas selecionadas para análise			161

FONTE: Elaborado pelo autor.

Há uma relevância maior quanto às empresas não optantes pelo Simples apresentarem faturamentos maiores e maior quantidade de conhecimentos de transportes emitidos. Tal fato acontece por estas empresas, em grande parte, possuírem receita bruta superior ao limite estipulado pelo regime simplificado, ou ainda prestarem seus serviços às grandes empresas, as quais exigem apresentação de documentos fiscais para o transporte de suas cargas.

Entre todas as empresas fiscalizadas notou-se que a apenas 30,4% informaram corretamente suas obrigações acessórias, totalizando 49 (quarenta e nove) transportadoras, sendo ilustradas pelo Gráfico 4.

Gráfico 4 - Transportadoras que informaram corretamente os valores - 2017



FONTE: Elaborado pelo autor.

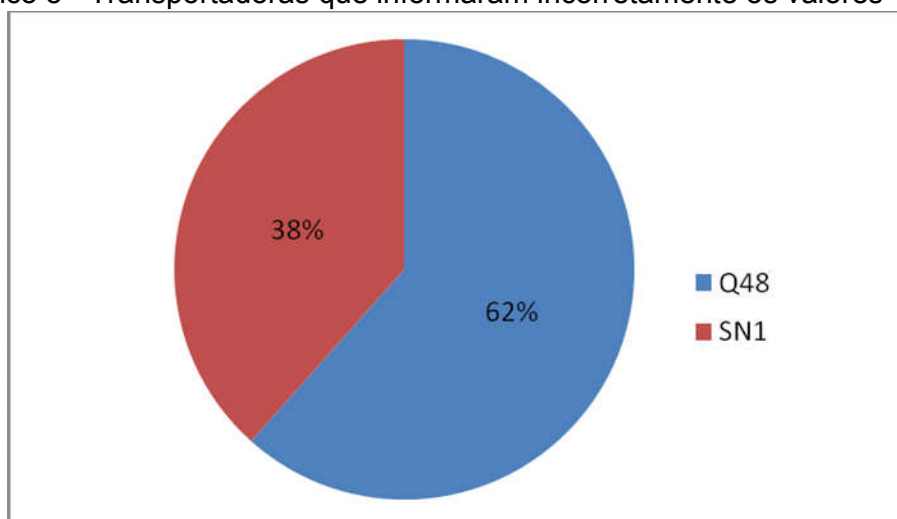
Entre as empresas que informaram corretamente os valores, 34 (trinta e quatro) tiveram a DIME informada livre de erros, com o Quadro 48 direcionado

corretamente quantos aos fretes prestados a partir do Município de Cocal do Sul, enquanto outras 15 (quinze) transportadoras optantes pelo Simples já haviam informado a DEFIS com os valores listados ao município no campo destinado aos transportes com destinos intermunicipais e interestaduais,

Vale ressaltar que o primeiro levantamento foi realizado em 15 de janeiro de 2018, sendo que as DIMEs foram lançadas mensalmente e a DEFIS a partir do primeiro dia do novo ano-calendário, ambas com prazo para entrega final até 31 de março de 2018, ano subsequente à ocorrência do fato gerador.

Com este levantamento, configurou-se um universo de 112 (cento e doze) transportadoras que estavam em desacordo com a apresentação de suas obrigações acessórias, conforme mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Transportadoras que informaram incorretamente os valores - 2017



FONTE: Elaborado pelo autor.

Este valor representa 69,6% do total de empresas analisadas, totalizando 69 (sessenta e nove) divergências encontradas nas DIMEs consultadas ou não encontradas e outras 43 (quarenta e três) divergências apontadas pela informação incorreta da DEFIS ou pelo não envio. As transportadoras que apresentaram inconsistências na DIME, como a não apresentação, ainda poderiam proceder com o envio ou retificação até o prazo limite ao final do mês de março. Devido a este prazo, o não envio da DEFIS não é uma divergência grave em primeiro momento, pois há tempo para que sejam enviadas dentro do período estipulado pela legislação vigente.

Foram encontradas oito fontes que propiciaram divergências, conforme lista a Tabela 2. Destas, duas ocorreram em optantes pelo Simples Nacional e outras seis em optantes pelos demais regimes tributários. Deste modo, a quantidade de empresas transportadoras que tiveram inconsistências encontradas na DIME foi maior tanto em quantidade quanto em diversidade de ocorrências.



Tabela 2 - Divergências encontradas na consulta da DIME e da DEFIS - 2017

Divergência encontrada	Regime	Quantidade
DEFIS não informada para Cocal do Sul	SN1	39
DEFIS informada com valores menores que os reais	SN1	4
Empresa não apresentou DIME/apresentou sem valores	Q48	2
Empresa de transportes e não apresentou Quadro 48	Q48	27
Apresentou Quadro 48 sem valores para Cocal do Sul	Q48	8
DIME informada em período menor que a atividade da empresa durante o ano	Q48	3
DIME informada com valores menores que os reais	Q48	28
Regime tributário divergente	Q48	1
Total de empresas com divergências encontradas		112

FONTE: Elaborado pelo autor.

Entre as optantes pelo Simples, 39 (trinta e nove) transportadoras ainda não haviam informado a DEFIS referente às suas movimentações no ano-calendário de 2017. Houve também 4 (quatro) empresas que já procederam com a informação da DEFIS, porém com informações imprecisas: os valores informados por estas empresas foram menores do que os constatados pelos conhecimentos de transportes eletrônicos emitidos. Neste caso, compete à contabilidade realizar a retificação da DEFIS para informação dos valores corretos.

Por outro ponto, as empresas optantes por outros regimes tributários, além de estarem representadas em maior número que as optantes pelo regime simplificado, também apresentaram maior número de incoerências depois de feita análise em suas demonstrações. Foram encontradas seis formas de divergência. Houve 2 (duas) que não apresentaram a DIME ou apresentaram sem valores, 27 (vinte e sete) empresas de transportes que apresentaram a DIME, porém sem informar os valores do fretes intermunicipais e interestaduais no Quadro 48, 8 (oito) apresentaram o Quadro 48, mas não listaram os fretes que tiveram início da prestação no Município de Cocal do Sul, 3 (três) informaram a DIME em menor período do que a quantidade em que a empresa realmente esteve em atividade durante o ano-calendário, 28 (vinte e oito) não declararam os valores de todos os conhecimentos emitidos durante o período, tornando esta uma informação meramente parcial e por fim, 1 (uma) empresa foi desenquadrada do Simples Nacional durante o ano e no restante do período manteve-se ativa porém sem informar a DIME para os meses subsequentes ao seu desenquadramento.

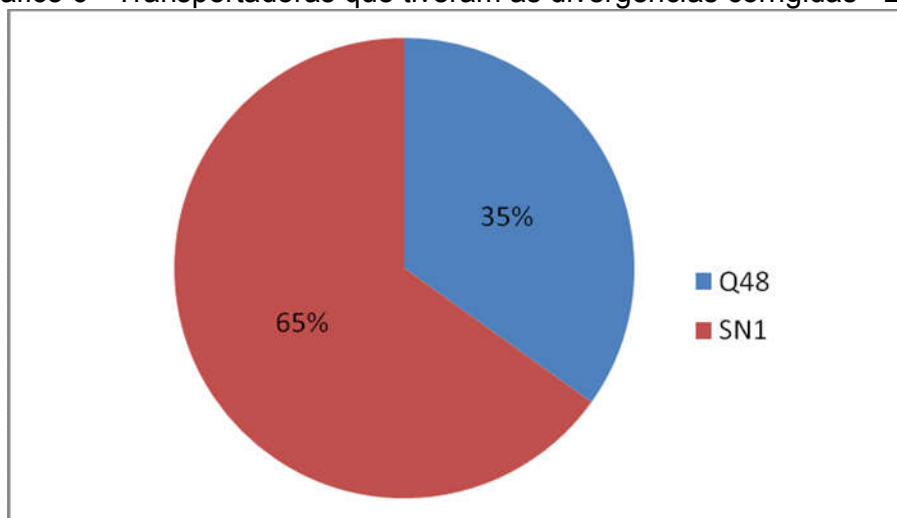
4.2 ANÁLISE COMPARATIVA DO VALOR ADICIONADO PROVENIENTE DOS TRANSPORTES

Com o intuito de informar as contabilidades sobre as divergências encontradas na DIME e na DEFIS das empresas transportadoras, o Setor de Movimento Econômico do Município de Cocal do Sul realizou contato com os responsáveis pelo preenchimento das obrigações acessórias nas contabilidades das empresas que passaram pelo processo de fiscalização, informando sobre o ocorrido e a forma correta para proceder com o envio ou retificação dos dados. Foi notada

cooperação por parte das contabilidades, as quais mostraram-se dispostas a analisar os motivos das ocorrências, porém nem todas deram prosseguimento.

Partindo deste ponto, foi realizado um comparativo entre os dados levantados em 15 de janeiro de 2018 e os números obtidos em 16 de abril de 2018, após expiração do prazo limite para envio das obrigações e atualização do sistema da SEF/SC. Notou-se que das 112 (cento e doze) empresas com divergências, 43 (quarenta e três) delas procederam com o correto envio ou retificação, conforme instruções da ciência do acontecimento. Este total representa apenas 38,4% das empresas que apresentaram inconsistências, sendo que os outros 61,6%, referente as 69 (sessenta e nove) empresas complementares, não seguiram o que lhes foi passado e optaram por manter as informações como constavam na data da primeira análise.

Gráfico 6 - Transportadoras que tiveram as divergências corrigidas - 2017

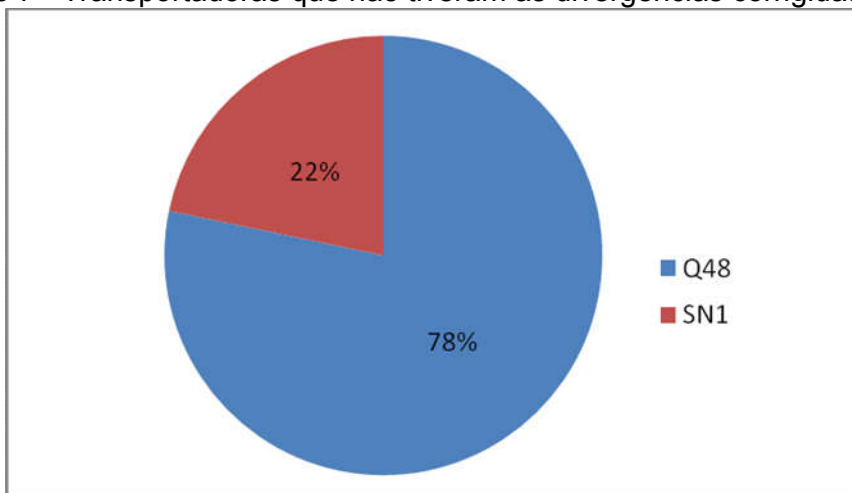


FONTE: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 6 mostra que a maioria das empresas que procederam com as retificações são optantes pelo Simples Nacional, compondo aproximadamente 65% das empresas e totalizando 28 (vinte e oito) transportadoras. Também é possível verificar que o restante das empresas, aproximadamente 35% do total, é composto pelas não optantes pelo Simples, chegando ao número de 15 (quinze) transportadoras.

Já o Gráfico 7 demonstra outra face, onde a grande maioria das empresas que não procederam com a retificação das informações é composta por empresas não optantes pelo Simples Nacional, as quais deixaram de enviar ou retificar a DIME em um ou mais períodos durante o ano anterior, somando 54 (cinquenta e quatro) transportadoras em questão, as quais representam expressivos 78% quanto ao valor global de incorreções.

Gráfico 7 - Transportadoras que não tiveram as divergências corrigidas - 2017



FONTE: Elaborado pelo autor.

Sendo a minoria neste caso, as empresas que optaram pelo regime simplificado ocupam aproximadamente 22% da amostra, que representa 15 (quinze) empresas das quais não tiveram a DEFIS enviada ou retificada.

A Tabela 3 demonstra como ficou a realidade das empresas com divergências após expirado o tempo hábil para possíveis retificações. Nela pode-se notar, quando comparada à Tabela 2, quais as inconsistências listadas que foram resolvidas pelas contabilidades e quais foram ignoradas.

Tabela 3 - Divergências encontradas na consulta da DIME e da DEFIS após expirado o prazo para retificações - 2017

Divergência encontrada	Regime	Quantidade
DEFIS não informada para Cocal do Sul	SN1	14
DEFIS informada com valores menores que os reais	SN1	1
Empresa não apresentou DIME/apresentou sem valores	Q48	2
Empresa de transportes e não apresentou Quadro 48	Q48	20
Apresentou Quadro 48 sem valores para Cocal do Sul	Q48	3
DIME informada em período menor que atividade da empresa durante o ano	Q48	2
DIME informada com valores menores que os reais	Q48	26
Regime tributário divergente	Q48	1
Total de empresas com divergências encontradas		69

FONTE: Elaborado pelo autor.

A divergência que mais vezes foi solucionada pelas contabilidades foi quanto a informação da DEFIS para o Município de Cocal do Sul, restando apenas 14 (quatorze) empresas que não tiveram suas DEFIS apresentadas. Entre as que haviam informado com valores menores que os reais, apenas 1 (uma) hesitou em modificar o arquivo já enviado anteriormente.

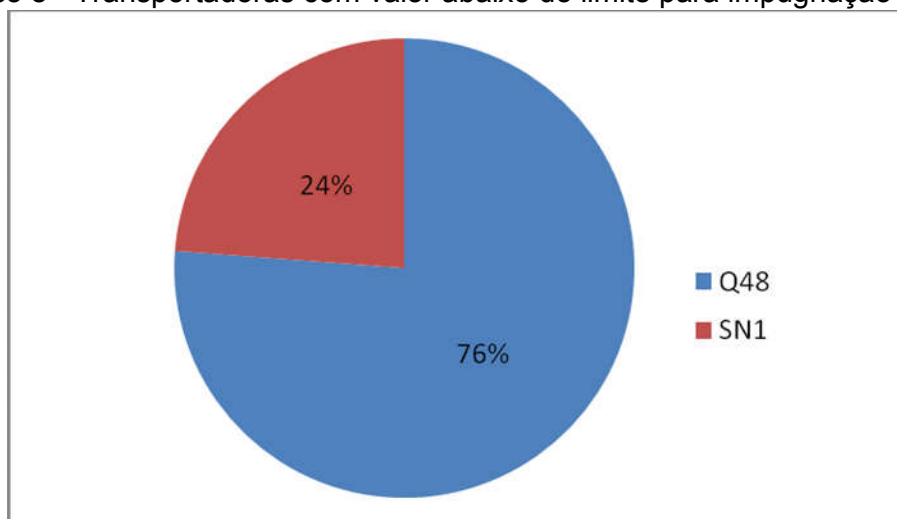
Entre as empresas pertencentes a outros regimes tributários, 2 (duas) mantiveram suas DIMEs sem valores ou deixaram de apresentar, 20 (vinte) delas

continuaram sem preencher o Quadro 48, 3 (três) insistiram no não preenchimento dos valores referentes à Cocal do Sul no Quadro 48, 2 (duas) permaneceram informando a DIME em período menor que a atividade da empresa durante o ano anterior, 26 (vinte e seis) sustentaram a posição que mantinham quanto ao ter informado os valores menores do que os encontrados pela Setor de Movimento Econômico e 1 (uma) preferiu manter seu período pós-desenquadramento do Simples Nacional sem informar a DIME.

Mesmo sem ter obtido o mérito da colaboração de todas as contabilidades quanto as correções, coube ainda interpor recurso junto a SEF/SC para impugnação do valor adicionado, mediante os critérios estabelecidos pela Portaria SEF/SC 233/2012. Cabendo ao Município de Cocal do Sul o ônus da prova, justificou-se o pedido requerido com o envio da lista de todos os conhecimentos de transportes eletrônicos emitidos pelas transportadoras, os quais tiveram início da prestação no território deste município e final em município ou estado adverso.

Durante a juntada de provas, notou-se que 21 (vinte e uma) empresas possuíam valor total de CT-es emitidos menor do que o mínimo exigido, sendo assim não poderiam constar no pedido de Valor Adicionado, conforme ilustra o Gráfico 8.

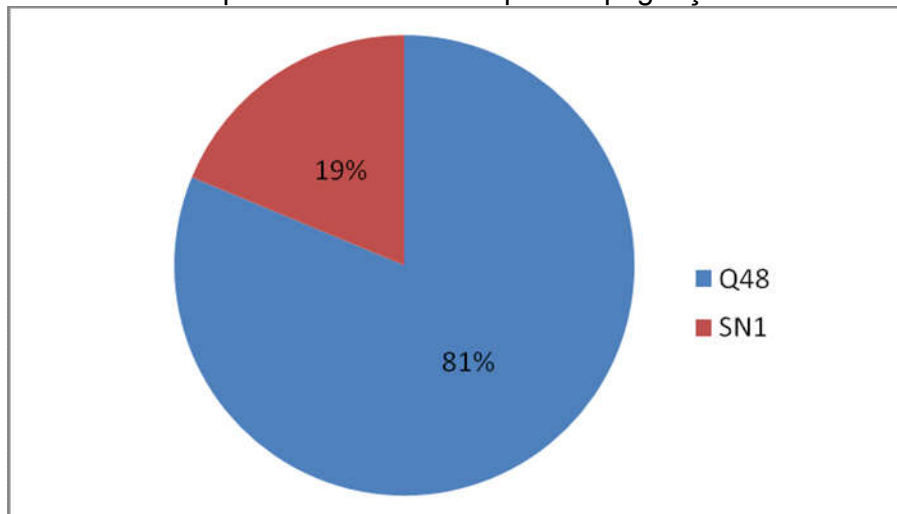
Gráfico 8 - Transportadoras com valor abaixo do limite para impugnação – 2017



FONTE: Elaborado pelo autor.

Entre estas empresas, apenas 5 (cinco) delas são optantes pelo Simples Nacional, sendo as outras 16 (dezesesseis) transportadoras que não cumpriram com o dever de informar a DIME corretamente durante o período. Restaram, entretanto, 48 (quarenta e oito) empresas para inclusão no processo, distintas conforme o Gráfico 9 mostra a seguir.

Gráfico 9 - Transportadoras enviadas para impugnação do VA - 2017



FONTE: Elaborado pelo autor.

Com quantitativo maior, as empresas que estão obrigadas a apresentação da DIME contemplaram 39 (trinta e nove) citações no processo, o que representa aproximadamente 81% desta lista. Outras 9 (nove) empresas completam este rol devido as incoerências na apresentação da DEFIS, atingindo os 19% referente ao volume restante.

Após julgamento, o processo pode ser deferido, deferido parcialmente ou indeferido, de acordo com as alegações, citações e provas apresentadas. Neste caso específico, todas as 48 (quarenta e oito) empresas que foram apresentadas no referido processo tiveram seu total deferimento em primeira instância após apreciação do processo, o que resultou em êxito no incremento do valor adicionado ao Município de Cocal do Sul.

4.3 REFLEXOS GERADOS AO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

O montante provisório do valor adicionado obtido pelo Município de Cocal do Sul no ano de 2017 foi totalizado em R\$664.562.210,32 (seiscentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e dez reais e trinta e dois centavos), gerando um IPM aproximado de 0,345169619, proveniente da soma dos 85% (oitenta e cinco por cento) calculados sobre o valor adicionado obtido pelo município com os 15% (quinze por cento) que são distribuídos igualmente à todos os entes municipais. Isto indica que do ICMS que será distribuídos aos municípios, aproximadamente 0,35% serão destinados ao Município de Cocal do Sul. Estes dados são provisórios devido a confirmação dar-se através da publicação da SEF/SC ainda não ocorrida por conta dos processos de impugnação ainda permanecerem em trânsito. Se comparado este montante com o total adquirido através dos fretes intermunicipais e interestaduais, cerca de R\$42.304.983,94 (quarenta e dois milhões, trezentos e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos), pode parecer irrisório destinar atenção a sua auditoria, pois representa em torno de 6,37% do valor adicionado municipal, porém quando visto a partir do retorno proporcionado aos cofres públicos, cerca de R\$930.709,65



(novecentos e trinta mil, setecentos e nove reais e sessenta e cinco centavos) a serem recebidos proporcionalmente nos próximos dois anos subsequentes, torna relevante a importância da realização desse trabalho pelo município.

Historicamente, em um cálculo aproximado, o valor que tende a retornar ao município catarinense é tido em torno de 2,2% do valor adicionado obtido, podendo ocorrer variações. Quanto aos processos enviados pelo Setor de Movimento Econômico do Município de Cocal do Sul referente ao ano de 2017 foi obtido um VA de R\$12.266.420,41 (doze milhões duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e um centavos), o que gera de retorno da cota-parte do ICMS ao município em torno de R\$269.861,25 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos). Caso não fosse realizado o devido trabalho este valor auditado estaria sendo enviado à outros municípios do estado, enquanto agora poderá ter a destinação correta dentro do município ao qual é de direito, podendo ser investido em áreas que proporcionem o bem estar social aos seus munícipes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A receita proveniente do recebimento da cota-parte do ICMS é uma importante entrada de recursos para o Município de Cocal do Sul, superando as receitas correntes originadas pelos tributos de origem municipal, denominados IPTU, ISSQN e ITBI. A fiscalização exercida sobre as obrigações acessórias DIME e DEFIS tornam-se necessárias para evitar e corrigir possíveis erros que possam ocorrer durante seu preenchimento.

Há leis de origem federal e estadual que regulamentam a distribuição do ICMS, sendo que tais foram utilizadas para contextualizar o trabalho. Embasado nisso, este imposto, considerado um dos mais complexos para entendimento devido as suas variações de alíquotas de acordo com produtos, unidades federativas e regimes tributários, apresenta sua forma de distribuição aos 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios do Estado de Santa Catarina sem tanta complicação. O Setor de Movimento Econômico, responsável por auditar estes resultados, vem sendo aos poucos valorizado pelos municípios catarinenses, despertando cada vez mais o interesse por esta fiscalização.

A forma de cálculo demonstrada, a qual busca a média de dois anos anteriores ao atual e proporciona o resultado do IPM para repartição da cota-parte no ano-calendário seguinte, acaba por tornar reflexos de início ou final de atividades de grandes empresas no município menos impactantes à primeira vista, pois dissipa o aumento ou diminuição deste reflexo no valor adicionado durante dois períodos subsequentes.

Das inconsistências percebidas, a maior parte delas ocorreu na DIME, tanto em quantidade quanto em variedade. Buscou-se questionar junto às contabilidades sobre os motivos para a ocorrência desses erros, mas devido ao número de instituições que colaboraram com a pesquisa ter sido irrisório quanto ao universo que foi dimensionado, esses dados não foram incluídos na pesquisas.

As soluções foram encontradas visando que não ocorressem quaisquer ônus às empresas, às contabilidades ou ao município. O Setor de Movimento Econômico procurou estabelecer contato diretamente com as contabilidades responsáveis pelas empresas, criando apontamentos sobre as divergências e auxiliando quanto a forma



como deveriam ser resolvidas. No caso da não colaboração da contabilidade, foi então gerado recurso junto à receita estadual, informando os mesmos motivos e dados que já haviam sido repassados às contabilidades, solicitando que fosse avaliada a inclusão do valor adicionado correspondente ao município.

Foi possível mensurar o reflexo da efetividade do fisco municipal quanto às retificações e ao processo de requerimento de valor adicionado junto à SEF/SC, fato que acabou gerando resultados positivos. Ainda assim cabe ressaltar que caso não seja mantida de forma consistente a fiscalização por estes resultados, mesmo as instituições que procederam com correções e as que podem surgir ao longo dos anos, podem tornar as inconsistências emergentes, devido aos diversos fatores que podem levar o escritório contábil ao erro durante o preenchimento das informações.

Os poucos estudos encontrados com relação ao tema específico da cota-parte do ICMS, em especial sobre o Movimento Econômico de Santa Catarina, ofereceram dificuldade quanto à busca de conteúdo específico, direcionando o trabalho a buscar seu norte embasado na legislação. Além de se ofertar como uma limitação ao desenvolvimento deste trabalho, pode-se tomar como recomendação para estudos futuros o desenvolvimento de artigos que contemplem a distribuição do ICMS em Santa Catarina, de forma geral e também específica por áreas como foi feito este, tratando especificamente dos serviços de transportes prestados com destino intermunicipal e interestadual. Municípios diferentes podem conter economias diferenciadas, baseadas fortemente na indústria e comércio ou produção primária, por exemplo, tornando estes segmentos interessantes de serem explorados para novos desenvolvimentos. Seria também interessante estabelecer contato com contadores na busca por identificar os motivos pelos quais ocorreram divergências na apresentação da DIME e da DEFIS, questionando sobre suas alegações e a forma como ficaram sabendo dessas informações. O estudo da viabilidade de um software para automatizar os cruzamentos de informações poderia auxiliar e ser de grande valor para acelerar o processo de fiscalização do Valor Adicionado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. Ato Complementar nº 36, de 13 de março de 1967. Dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, altera os Atos Complementares nºs. 34, de 1967 e 35, de 1967, e denomina "Código Tributário Nacional" a Lei nº 5.172, de 1966 e suas alterações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-36-67.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.216, de 09 de maio de 1972. Dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1216.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.



BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990. Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp63.htm>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993. Altera os arts. 40, 42, 102, 103, 155, 156, 160, 167 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc03.htm#art1>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp157.htm#art2>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL. Manual do PGDAS-D e DEFIS 2018. Versão: Jan. 2018. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/MANUAL_PG DAS-D_2018_V4.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018. Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas



Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=92278#1893250>>. Acesso em: 22 set. 2018.

COAN, Édio Jácomo. **Controle de gestão da participação no produto da arrecadação do ICMS no Município de Florianópolis**. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

SANTA CATARINA. Constituição (1989). Nova edição com atualizações adotadas pela Emendas Constitucionais nº 01, de 1999 a nº 75, de 2017. Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/CESC%202018%20-%2072%20a%2075%20emds.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988. Institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/cabecalhos/frame_lei_88_7543.htm>. Acesso em: 17 set. 2018.

SANTA CATARINA. Lei nº 7.721, de 06 de setembro de 1989. Dispõe sobre a distribuição do ICMS aos Municípios. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/1989/lei_89_7721.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SANTA CATARINA. Lei nº 8.203, de 26 de dezembro de 1990. Altera o critério de distribuição do ICMS aos Municípios. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/1990/lei_90_8203.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SANTA CATARINA. Manual consolidado de orientação e especificações do arquivo eletrônico para entrega da DIME e do DCIP. Versão: 153/12.20 (incorpora Portarias 044/18 e 213/18) (julho/2018). Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/servicos/41/DIME___Manual_Consolidado_v20_20180715.doc>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SANTA CATARINA. RICMS/SC, de 27 de agosto de 2001. Anexo 5 – Das Obrigações Acessórias. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/cabecalhos/frame_ricms_01_05.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

SANTA CATARINA. Portaria SEF nº 233, de 09 de agosto de 2012. Dispõe sobre a apuração do valor adicionado e a definição do índice de participação dos Municípios



no produto da arrecadação do ICMS. Disponível em:
<http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/portarias/2012/port_12_233.htm>.
Acesso em: 30 abr. 2018.

SILVA, Joenison Batista da; SANTOS, Flavia Karla Gonçalves; CAVALCANTE, Analu Neves de Mendonça. Efeitos distributivos da cota-parte do ICMS aos Municípios sergipanos: impactos de uma nova metodologia de cálculo. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**; Salvador, v. 7, n.3, p. 39-56, set./dez. 2017.

SOARES, Maurélio; GOMES, Ely do Carmo Oliveira; TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. A repartição tributária dos recursos do ICMS nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. **Revista de Administração Pública**; Rio de Janeiro, p. 459-481, mar./abr. 2011.